



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN**  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

**Processo nº /2025**

**Modalidade:** Inexigibilidade de Licitação

**Interessado:** Secretaria Municipal da Chefia de Gabinete

**Objeto:** Contratação de show artístico

### **PARECER JURÍDICO**

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONTRATAÇÃO DIRETA. PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO. LEI Nº 14.133/2021.

### **DO RELATÓRIO**

Tratam os autos de processo administrativo, através da Chefia de Gabinete do Prefeito de Lagoa de Velhos/RN, para contratação de apresentação cultural do GRUPO DE PAGODE SUCESSAMBA, a ser realizada no dia 07 de fevereiro de 2026, em praça pública, como parte integrante da programação oficial do evento carnavalesco do Município de Lagoa de Velhos/RN.

Justificou a respectiva solicitação, através do DFD, indicando o que segue:

2.3. A escolha da referida atração artística decorre da sua singularidade, estilo próprio e identidade musical, bem como de seu reconhecimento junto ao público, fatores que impossibilitam a realização de comparação objetiva com outros artistas do mesmo segmento.

2.4. Ressalta-se, ainda, que a realização do evento carnavalesco constitui ação de relevante interesse público, voltada à promoção da cultura, do lazer e da integração social da comunidade, além de contribuir para o fortalecimento da economia local.

Após a instrução processual, vieram os autos a esta Assessoria para análise e emissão do respectivo Parecer Jurídico.

### **DO MÉRITO**

#### **I. Da inexigibilidade de licitação**

A Lei de Licitações dispõe sobre a contratação direta, cabível em situações fáticas em que não seja possível ou que seja inexigível realizar a disputa, devendo, no entanto, observar a vantajosidade, os requisitos legais e a compatibilidade ao serviço a ser contratado, conforme segue:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

**II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;**

§ 2º Para fins do disposto no inciso II do caput deste artigo, considera-se **empresário exclusivo** a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que **ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico**, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN**  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

Observe-se que referido comando legal permite a contratação direta do **profissional de qualquer setor artístico em função do caráter personalíssimo de seu trabalho, em razão da inviabilidade de competição**, eis que não haveria critério objetivo de julgamento, sendo impossível identificar um ângulo único e determinado para diferenciar as diversas performances artísticas, devendo atender a alguns requisitos, que passamos a analisar adiante.

## II. Da consagração pela crítica especializada ou pela opinião pública

A consagração de um artista, seja pela crítica especializada ou pela opinião pública pode ser manifestada de documentos que demonstrem a popularidade do seu trabalho, reconhecido e admirado, ainda que no contexto local ou regional.

Da análise dos autos, observou-se da **Justificativa do Preço e Razão da Escolha**, que segue:

A escolha do artista, representado pela pessoa jurídica 64.455.545 ITALO THIAGO DE MEDEIROS DANTAS – CNPJ nº 64.455.545/0001-75, fundamenta-se em sua **atuação artística reconhecida no âmbito regional**, bem como na compatibilidade de seu estilo musical com o perfil do evento, atendendo às expectativas da Administração Pública e do público local.

Ressalta-se que, embora a pessoa jurídica responsável pela representação artística seja **recente**, o artista e os integrantes do grupo musical **já possuem trajetória artística anterior**, circunstância comum no setor cultural, em que a formalização empresarial ocorre posteriormente à consolidação da atuação artística.

Para fins de comprovação da compatibilidade do preço, foi apresentada nota fiscal referente a apresentação artística anteriormente realizada pelo contratado, documento que demonstra valor compatível com o preço ora proposto.

Nos termos do § 4º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a demonstração da compatibilidade do preço pode ser realizada por meio idôneo, não sendo exigida pluralidade de documentos, desde que o valor se mostre razoável e compatível com o mercado.

Saliente-se que não se pode **não se pode privar a Administração Pública, em qualquer de suas expressões federativas, de fomentar a cultura**, estimulando-se o acesso a outros estilos e manifestações culturais, independente de costumes e tradições regionais.

Diante disto, é imprescindível, **seja reconhecida, ao menos no âmbito municipal**, a consagração pela crítica especializada ou se faça notória a aceitação pública do artista a ser contratado, **pelo que restou demonstrado através da justificativa acima exposta, além das imagens juntadas de apresentações do grupo**.

Com relação à disposição da contratação direta, ou por meio de empresário exclusivo, tal disposição decorre da própria natureza do mercado artístico, da qual o acesso a determinados profissionais ocorre diretamente ou por meio de um representante legal, desde que exclusivo, tendo restado observado a contratação direta com o integrante e responsável, conforme documentos.

## III. Da instrução processual

Quanto à instrução processual, RECOMENDA-SE sejam observados os requisitos apontados pela Lei nº 14.133/2021, para os processos de contratação direta, pelo que restou observada a sua

<sup>1</sup> Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - **documento de formalização de demanda** e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;  
II - **estimativa de despesa**, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN**  
SETOR DE LICITAÇÃO  
Praça Fabião das Queimadas, 700, Centro – CEP: 59.430-000

abertura do processo através do DFD e Termo de Referência, verificação da dotação orçamentária, e certidões de regularidade fiscal do Contratado, **o que restou verificado nos autos.**

Ainda quanto aos valores, além da justificativa de que os preços são compatíveis com apresentações anteriores do artista, **observou-se a sua comprovação, através de documentos que possam demonstrar os valores**, conforme segue:

Art. 23. [...] § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Da análise da minuta do contrato, observa-se constarem as cláusulas necessárias para a contratação, inferindo-se pela sua viabilidade.

Quanto à publicidade dos atos, a Lei de Licitações priorizou a divulgação das contratações por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), além da exigência de que o **ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá** ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial, pelo que RECOMENDA-SE.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas faltantes antes da respectiva publicação.

## CONCLUSÃO

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Inexigibilidade de licitação, opina-se, pela viabilidade da contratação, desde que observados os procedimentos e requisitos legais, além das recomendações acima apontadas.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

*Lagoa de Velhos/RN, 03 de fevereiro de 2026.*

  
**Monalisa Cavalcante Barra**  
Assessora Jurídica

---

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;  
IV - **demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários** com o compromisso a ser assumido;  
V - **comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;**  
VI - **razão da escolha do contratado;**  
VII - **justificativa de preço;**  
VIII - **autorização da autoridade competente.**  
Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato **deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.**